

VESTÍGIOS DO PROGRESSO:

Modernizações e intervenções urbanísticas na Vila de Soure-PA na década de 1880

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

FERREIRA, Gabriel

Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (UNIVAP); PPGPLUR/UNIVAP
bielhenrique.sjk@gmail.com

COSTA, Sandra

Doutora em Informação Espacial (USP); PPGPLUR/UNIVAP
sandra@univap.br

RESUMO

Este artigo objetiva-se em apresentar e discutir as principais modernizações e intervenções urbanísticas ocorridas na vila de Soure, Pará, durante a década de 1880, causando a compreensão do “progresso” que a localidade passava neste momento. No período selecionado, é possível perceber, a partir de jornais paraenses e documentos descritivos, diferentes indícios de que Soure estava se modernizando, com obras e reformas financiadas pela Província do Pará visando a adequação do espaço urbano para os padrões modernizantes e sanitários da época, além disso, diversas fontes afirmam que a vila passava por um momento de progresso. Diante destes indícios, torna-se necessário o entendimento de que forma Soure se estruturou a partir das obras, reformas e medidas que ocorreram na localidade, quem atuou para legitimar tais acontecimentos e se a modernização foi feita sobre a égide de um plano de maior escala. Como metodologia, foi realizada uma análise documental sob a perspectiva do “paradigma indiciário”, método investigado proposto por Ginzburg (1989) para a construção do conhecimento a partir dos vestígios encontrados.

Palavras-chave: Soure; modernizações urbanas; pequenas cidades; Amazônia; história urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the main modernizations and urban interventions that took place in the town of Soure, Pará, during the 1880s, providing an understanding of the “progress” that the locality was undergoing at that time. During the selected period, it is possible to see, from Pará newspapers and descriptive documents, different signs that Soure was modernizing, with works and reforms financed by the Province of Pará aimed at adapting the urban space to the modernizing and sanitary standards of the time. In addition, several sources affirm that the village was undergoing a period of progress. Given this evidence, it is necessary to understand how Soure was structured based on the construction projects, renovations, and measures that took place in the locality, who acted to legitimize these events, and whether the modernization was carried out under the aegis of a larger-scale plan. As a methodology, a documentary analysis was carried out from the perspective of the “evidential paradigm,” a research method proposed by Ginzburg (1989) for the construction of knowledge based on the evidence found.

Key-words: Soure; urban modernizations; small city; Amazon; urban history.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar las principales modernizaciones e intervenciones urbanísticas que tuvieron lugar en la villa de Soure, Pará, durante la década de 1880, lo que permite comprender el «progreso» que estaba experimentando la localidad en ese momento. En el período seleccionado, es posible percibir, a partir de periódicos de Pará y documentos descriptivos, diferentes indicios de que Soure se estaba modernizando, con obras y reformas financiadas por la Provincia de Pará con el objetivo de adaptar el espacio urbano a los estándares modernizadores y sanitarios de la época. Además, diversas fuentes afirman que la villa atravesaba un momento de progreso. Ante estos indicios, es necesario comprender cómo se estructuró Soure a partir de las obras, reformas y medidas que se llevaron a cabo en la localidad, quién actuó para legitimar dichos acontecimientos y si la modernización se realizó bajo la égida de un plan a mayor escala. Como metodología, se realizó un análisis documental desde la perspectiva del «paradigma indicativo», método de investigación propuesto por Ginzburg (1989) para la construcción del conocimiento a partir de los vestigios encontrados.

Palabras clave: Soure; modernizaciones urbanas; pequeña ciudad; Amazonia; historia urbana.

INTRODUÇÃO

O urbanismo surgiu como ciência moderna diante dos processos de urbanização das grandes cidades europeias no século XIX. O expressivo aumento populacional nesses centros ocasionou a elaboração de políticas de intervenção urbana visando romper com as características medievais que compunham o espaço das cidades naquele período; estabelecer infraestruturas e códigos sanitários; e realizar projetos de embelezamento urbano, que objetivavam colocar as cidades em um novo patamar de modernidade (Simões Júnior, 2013).

A reforma urbana de Paris, durante o Segundo Império Francês (1851-1870), foi o principal marco referencial para a afirmação do urbanismo como ciência (Benevolo, 2015). Realizada sob as ordens do Barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito parisiense, a reforma visava transformar Paris em uma cidade moderna, em contraposição aos aspectos medievais que a capital francesa carregava como herança urbana. Orientada por três diretrizes principais - higienismo, embelezamento e racionalização do meio urbano -, a intervenção de Haussmann transformou Paris em um modelo urbano de modernidade que foi reproduzido em diferentes locais, como Barcelona, Viena e Florença (Benevolo, 2015; Follis, 2004), ou mesmo Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil.

A modernidade nas cidades europeias foi alcançada com o rompimento dos vestígios do passado no espaço e com o desenvolvimento técnico das ciências, como a engenharia e a medicina, materializando a ideia de progresso. No Brasil, a construção de uma imagem de um país “civilizado” por meio do progresso técnico, pela ciência e racionalidade, era uma tentativa de aproximar o país dos padrões europeus de civilização no final do século XIX (Harvey, 2008; Azevedo, 2016). Sendo o progresso um alavancador da civilização, os melhoramentos urbanos no Brasil passavam a simbolizar a modernização dos seus espaços, rompendo com os traços coloniais remanescentes (Cerasoli, 1999).

Leme (1999) explica que o urbanismo chegou ao Brasil projetando-se sobre a cidade existente, com o intuito de melhorá-la. “A primeira geração de profissionais que atuava neste período era formada em cursos de engenharia, nas antigas Escolas Militares na Bahia, Pernambuco e no Rio de Janeiro ou na Escola Central no Rio de Janeiro” (Leme, 1999, p. 22). Dessa forma, diversos engenheiros começaram a liderar diferentes planos e reformas urbanas nos principais centros do Brasil no final do Oitocentos e início do Novecentos. Simões Júnior (2013) retrata que capitais como

PENSAR FORA DO EIXO

Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Porto Alegre e Manaus receberam intervenções urbanas para “modernizá-las”. Destaca-se, também, Belo Horizonte, cidade planejada por Aarão Reis, sob os preceitos da modernidade, para ser a nova capital de Minas Gerais, em contraposição à colonial Ouro Preto. De acordo com Simões Júnior (2013), a atuação dos engenheiros nas cidades deu-se de duas formas: enquanto alguns foram contratados pelo poder público, outros atuavam na gestão, facilitando e legitimando a sua intervenção nesses espaços.

As principais capitais amazônicas, influenciadas pelo auge do ciclo da borracha, também receberam melhoramentos urbanos. Daou (2004) evidencia que, devido à pujante economia gomífera, Manaus e Belém tornaram-se centros regionais e ambas receberam melhorias em seu espaço urbano, para adequá-las à posição econômica que haviam adquirido. Manaus passou a ser pensada a partir de um código municipal, implementado pelo governador Eduardo Ribeiro, na década de 1890. O Código de Posturas, de 1893, foi um instrumento de intervenção municipal que criou mecanismos legais que visavam promover “um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana” (Daou, 2004, p. 21). Em Belém, destaca-se a figura do engenheiro Manoel Nina Ribeiro, que sob as ordens do presidente provincial, José Coelho da Gama e Abreu, atuou nas obras de modernização, embelezamento e higienismo da capital paraense. A construção do Boulevard da República, por exemplo, contribuiu para a transformação de Belém em uma cidade “civilizada”, favorecida pela conjuntura econômica providenciada pelo ciclo da borracha (Simões Júnior, 2013). Daou (2004) afirma que:

No fim de 1894, o Pará (leia-se Belém) era uma cidade com área igual a Madri, cortada por amplas avenidas e grandes estradas direcionadas para os novos bairros que recebiam as famílias em processo de elevação social. Praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia compunham as instituições de controle e reprodução social. Completavam o conjunto urbano, com seus serviços e numerosas atividades, os estabelecimentos industriais, casas bancárias e firmas seguradoras, e ainda as companhias de serviços urbanos: telégrafos, telefonia, linhas de bonde e estrada de ferro (Daou, 2004, p. 17).

Os estudos sobre as modernizações urbanas, ocorridas no Brasil no final do século XIX e início do século XX, estão - em sua maioria - centrados nos grandes centros urbanos. Existem vários estudos sobre tais localidades, os quais delineiam a forma como esses melhoramentos se manifestaram ao redor do país. Entretanto, existe um recorte espacial às margens desses centros

PENSAR FORA DO EIXO

que não pode ser desconsiderado: as vilas e as pequenas cidades. Algumas pesquisas enfatizam as modernizações urbanísticas nessas localidades, destacando-se Follis (2004), que estudou a *Belle Époque* em Franca, São Paulo, uma cidade agrária com cerca de 7 mil habitantes na virada do século XIX e XX; e Araújo (2015), que estudou as modernizações em Campanha, Minas Gerais. Follis (2004) afirma que os estudos sobre modernização estão centrados nas grandes cidades, mas que as pesquisas nas pequenas e médias também são importantes para a compreensão da evolução urbana brasileira:

Nesse sentido, os estudos sobre a modernização urbana das pequenas e médias cidades do interior brasileiro podem vir a ser de grande valor para a compreensão da nossa evolução urbana, das peculiaridades que marcam a realidade de cada localidade, das razões subjacentes de nossas paisagens citadinas e da estruturação social sobre a estrutura física de nossas cidades (Follis, 2004, p. 141).

Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 25) retratam que as pequenas cidades¹ possuem particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência para não ocorrer generalizações sobre suas realidades, além de não tomar o que acontece nos grandes centros como um parâmetro universal. Por isso, a associação do estudo das pequenas cidades com a História, em especial a abordagem historiográfica dedicada à História Local, torna-se fundamental para a compreensão das especificidades que cada lugar carrega. Barros (2013) afirma que devido ao fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, a possibilidade de pensar as histórias locais desafia os historiadores a evitarem as generalizações realizadas pelas historiografias clássicas, permitindo a compreensão de aspectos únicos de cada localidade e tornando o recorte “local” um âmbito rico para a prática historiográfica.

Nesse sentido, a constituição da história local das pequenas cidades, sobretudo dentro da temática das modernizações urbanísticas observada durante o final do século XIX e início do século XX, é de enorme importância para compreender que eventos dessa magnitude não ocorreram somente nos grandes centros, mas também nessas pequenas localidades. Considerando essa perspectiva, este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a modernização urbana

¹ Neste caso, pretendemos estender brevemente a definição de “pequena cidade” para outra categoria de povoamento: as vilas. Considerando o contexto urbano histórico e atual do Brasil, as vilas e as pequenas cidades possuem características semelhantes, como: autonomia administrativa, congregando a sede política e religiosa da localidade; manutenção das relações econômicas dentro de uma pequena rede urbana; baixa demografia; e uma estrutura urbana era composta de um aglomerado de casas ao redor da igreja matriz, pouco arruamento e vastos terrenos (Corrêa, 2011; Marx, 1991).

PENSAR FORA DO EIXO

ocorrida na então Vila de Soure, localizada no arquipélago do Marajó, à época pertencente à província do Grão-Pará. Alguns escritos (aqui apresentados) nos permitem afirmar que, durante a década de 1880, a vila recebeu diversos melhoramentos para a modernização do espaço urbano local com recursos públicos provinciais que financiaram diferentes obras e reformas na localidade. Portanto, o presente trabalho busca discutir as intervenções urbanas e a modernização do espaço urbano da Vila de Soure, entre 1880 e 1890.

Como metodologia, tornou-se fundamental realizar uma análise documental a partir do paradigma indiciário, método investigativo descrito por Ginzburg (1989) para a verificação de vestígios ao redor do objeto de estudo central. Para identificar as modernizações urbanas em Soure na década de 1880, diversos jornais foram utilizados como base para essa pesquisa, como *A Constituição*, *A Republica*, *Diário de Belém*, *Diário de Notícias* e *O Liberal do Pará*, disponibilizados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Os jornais contribuem para a reconstituição da história urbana local, com vistas a delinear os acontecimentos da vila no período citado, pois, como afirma Capelato (2015), a imprensa é um valioso material de pesquisa para a compreensão de uma época.

Além disso, também foram utilizados almanaques e documentos descritivos históricos sobre Soure, visando elucidar a sua história. Os trabalhos anteriores à década de 1880 serviram para contextualizar e entender como a vila se estruturou a partir de relatos de viajantes ou ensaios de corografia, como o *Diário das visitas pastoraes do Exmo. D. Fr. Caetano Brandão no seu bispado do Pará* (1813), disponibilizado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional; a *Corografia Brazilica* (1817), disponibilizada na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú; e o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (1839), disponível no acervo de obras raras da Fundação Cultural do Pará (FCP). Os trabalhos posteriores a 1880 auxiliaram a compreender como o espaço urbano de Soure desenvolvia-se com vistas à modernização recebida, como as *Informações sobre as comarcas do Pará* (1885), e o *Almanak do Pará: commercial, industrial e administrativo* (1890), ambos também disponíveis no acervo de obras raras da FCP.

Este artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção objetiva discorrer brevemente sobre o planejamento das vilas amazônicas e as principais características das modernizações urbanas do século XIX; a segunda apresenta uma caracterização histórico-geográfica de Soure; e por fim, a terceira seção concentra-se no uso de fontes primárias que demonstram as intervenções ocorridas na Vila de Soure na década de 1880.

1. O PLANEJAMENTO DAS VILAS AMAZÔNICAS: DA COLÔNIA À MODERNIDADE

O processo de constituição das cidades na Amazônia carrega as suas especificidades, possibilitando que as realidades das múltiplas formações urbanas sejam exploradas de maneira particular (Vicentini, 2004). Em especial, as pequenas cidades amazônicas - as quais representam 87% das sedes municipais da região - permitem que as singularidades históricas do urbano sejam exploradas de forma a compor as diversas realidades possíveis do espaço (Costa *et al*, 2025).

As pequenas cidades são invisibilizadas diante da magnitude e importância dos grandes centros, e sua relevância regional se perde em meio à concentração dos eventos ocorridos nas metrópoles (Costa *et al*, 2023). Sem ignorar os povos que ocupam a região há muitos séculos, o processo moderno de formação do urbano na Amazônia tem início com o surgimento de uma cidade: Belém, utilizada como um centro estratégico para o controle comercial, administrativo e militar da região. As vilas, que surgiram ao longo de rios e florestas, adquiriram um papel secundário na urbanidade regional, sendo pensadas para o domínio do território (Vicentini, 2004).

O momento de maior intensidade na constituição urbana da Amazônia, marcada pela elevação de 46 aldeamentos missionários em vilas ocorreu no século XVIII. O surgimento dessas vilas permitiu o maior controle dos domínios coloniais pela Coroa Portuguesa, garantindo a interiorização do território e a busca incessante pela “civilização” dos indígenas. Dessa forma, as vilas possuíram um papel fundamental para legitimar o poder da metrópole na região, sendo o planejamento dessas localidades um dos mecanismos de Portugal, sob responsabilidade do Marquês de Pombal, para garantir a colonização da Amazônia (Corrêa, 1987; Delson, 1997).

Um código de construção urbano estabelecido no início do século XVIII serviu como base para a consolidação de um pensamento urbanístico que prezava o ordenamento territorial e a racionalidade, com “praças regulares e bem traçadas, as ruas retas e as fachadas uniformes”, sendo aplicado nas vilas e localidades que surgiam a partir desse período (Delson, 1997, p. 50). Esse modelo também esteve associado à criação das Companhias Monopolistas de Comércio Internacional, consolidando o papel da engenharia militar na definição dos novos assentamentos urbanos. Como destaca Vicentini (2004, p. 114), triunfa, então, um traçado urbano regular, de desenho reticulado e, por vezes, centralizado, ordenado de acordo com necessidades

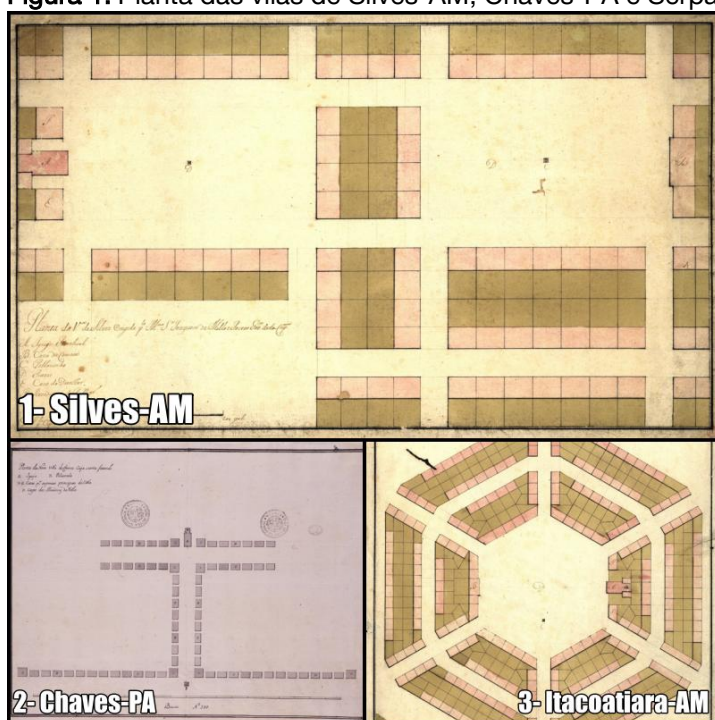
PENSAR FORA DO EIXO

pragmáticas, caracterizando uma prática urbanística geometrizada de matriz seiscentista. Costa (2014, p. 26) afirma que:

na base de toda a ação pombalina da Amazônia estava a ideia de um novo “desenho”, que implicava não só a fixação de fronteiras concretamente demarcadas no espaço, como também a transformação do quadro sócio-econômico da região, que assim seria “redesenhada” em moldes iluministas (Costa, 2014, p. 26).

A regularidade da malha urbana tornou-se uma representação da imagem “europeizada” que Portugal esperava projetar para o Brasil, visto que a regularidade do desenho urbano equivalia - sob a visão metropolitana - à beleza, à sofisticação, à civilização e ao progresso (Delson, 1997). Segundo Vicentini (2004), foram inúmeras as cidades estruturadas em malhas reticuladas na Amazônia com traçados sob a influência da engenharia militar, como Barcelos, Almeirim, Macapá, Santarém e Mazagão. Posteriormente, o modelo aplicado nas vilas amazônicas serviu como uma espécie de protótipo para a reconstrução de Lisboa, em meados do século XVIII (Delson, 1997). Na figura 1, reúnem-se as plantas de algumas das localidades amazônicas elaboradas no século XVIII.

Figura 1. Planta das vilas de Silves-AM, Chaves-PA e Serpa-AM (atualmente, é a cidade de Itacoatiara-AM)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal (2026); Arquivo Histórico Ultramarino (2026)

O planejamento das vilas amazônicas pombalinas, por se tratar de localidades menores, demonstra algumas características do pensamento urbanístico português nas colônias. A disposição da malha

PENSAR FORA DO EIXO

urbana, de maneira racionalista, com ruas retilíneas e largas ao redor de uma praça, era um reflexo desse urbanismo colonial. A largura das ruas favorecia a circulação da luz e dos ventos nessas localidades, denotando, de maneira embrionária, uma preocupação de ordem sanitária do espaço urbano (Delson, 1997; Vicentini, 2004).

Essas preocupações se intensificam em contexto mundial no século XIX, sendo fundamentais para o entendimento das reformas urbanísticas nesse período. Segundo Vicentini (2004, pp. 104-105), a modernidade para o pensamento urbano europeu nesse momento aliava-se, além dos ideais racionalistas e cientificistas, às intervenções saneadoras e embelezadoras do espaço urbano. Para Harvey (2008), a modernidade, na concepção europeia, era uma consequência do pensamento iluminista que aderiu aos ideais de progresso e cientificismo, sendo marcada pela chamada “destruição criativa” da herança do passado e pelo desenvolvimento técnico, com planejamentos racionais-funcionalistas visando a modernização do espaço.

Dessa forma, Follis (2004) destaca que a racionalidade do espaço, com as alterações no traçado urbano e a forte atuação do poder público na orientação jurídica do crescimento da cidade; o sanitarismo, voltado à medicalização do espaço contra as epidemias urbanas; e o embelezamento urbano com a construção de monumentos, criação de praças e arborização das vias públicas, foram as principais características que guiaram as reformas urbanas ao redor do mundo entre o final do século XIX e o início do século XX, não sendo diferente no contexto brasileiro.

Nos grandes centros urbanos e até nas pequenas cidades ao redor do Brasil, essas características passaram a ser notadas diante dos processos de modernização que ocorreram nessas localidades. Assim, uma cidade organizada, limpa e bonita se aproximava dos princípios elementares para uma localidade ser considerada moderna nos “padrões europeus”. A ideia de tornar o Brasil um país civilizado, sob a ótica europeia, passava pela transformação dos aspectos coloniais do espaço urbano em prol do progresso.

A partir da discussão apresentada, observou-se que uma pequena localidade na Amazônia, a Vila de Soure, localizada no arquipélago do Marajó, recebeu diversas intervenções visando a modernização de seu espaço urbano, durante a década de 1880. Diante dos indícios fornecidos em jornais e documentos descritivos, é possível analisar as intervenções modernizadoras da Vila de Soure e entender como a modernidade e a ideia de “progresso” se estabeleceram na localidade.

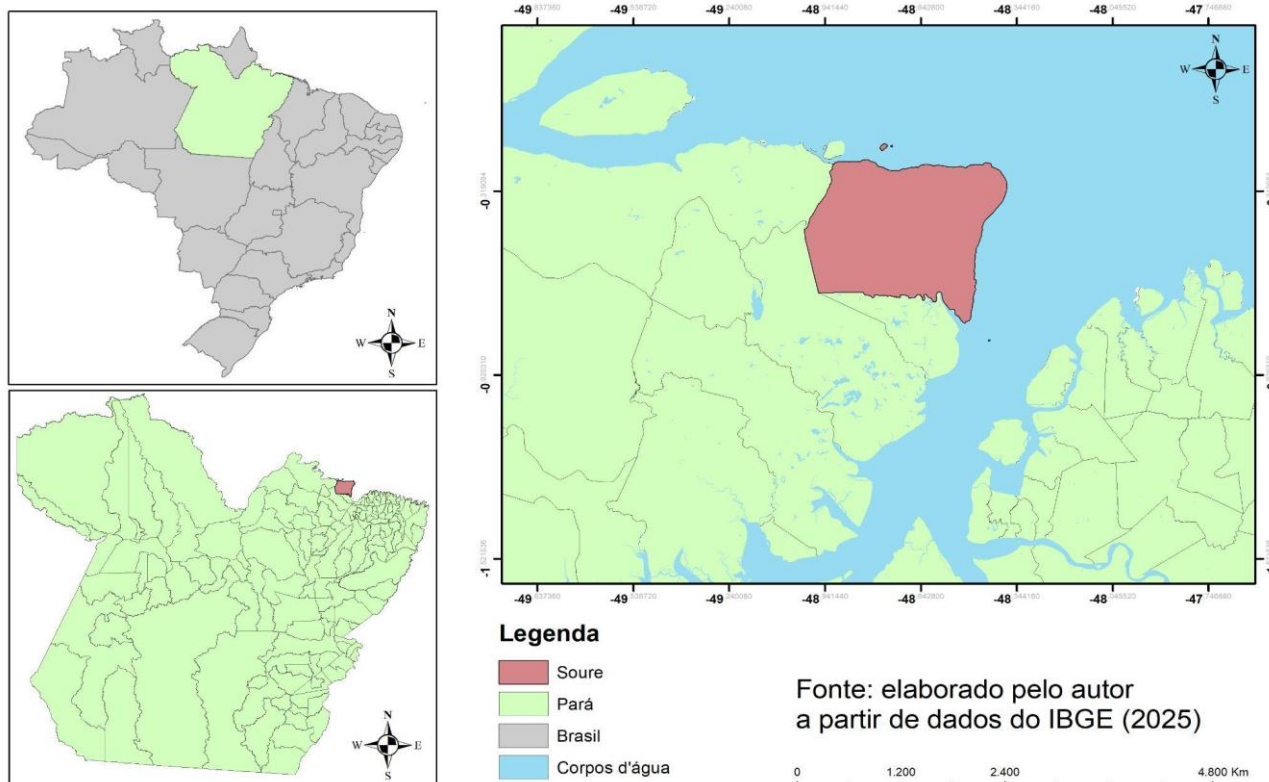
2. A VILA DE SOURE: CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO

2.1 Área de estudo

O município de Soure está localizado no arquipélago do Marajó, no estado do Pará, na região Norte do Brasil (Figura 2). Possui uma área territorial de 2.857,349 km² e uma população total de 24.204 habitantes. Está localizado na região geográfica intermediária de Breves e na região geográfica imediata de Soure-Salvaterra, na margem nordeste do arquipélago e na foz do Rio Paracauari. Fica situado a cerca de 80km da capital estadual, Belém. Soure surgiu como um aldeamento missionário intitulado Aldeia de Menino Deus, foi elevada à vila no ano de 1757, chegou a ser anexada ao território de Monsarás em 1833, tendo sido restaurada em 1847; em 1890, foi elevada à cidade. Atualmente destaca-se pela produção pecuária, especialmente de búfalos (IBGE, 2026).

Figura 2. Mapa de localização do município de Soure-PA

Mapa de localização do município de Soure-PA



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2025).

A cidade, sede administrativa do município, possui 22.543 habitantes, o que representa 93,14% da população total, sendo a localidade com a maior taxa de urbanização do arquipélago marajoara. Sua origem remonta ao período dos aldeamentos jesuíticos na Amazônia, iniciados no século XVII.

A importância econômica da localidade durante o período colonial e imperial possibilitou a mudança de status urbano, sendo elevada à categoria de vila e cidade.

2.2 Histórico e caracterização da *Vila de Soure*

A origem de Soure funde-se aos processos de ocupação da Amazônia. A Coroa Portuguesa ocupou a região em 1616 com a fundação da cidade de Belém e a construção do Forte do Presépio, criados para garantir a dominação político-econômica e a proteção militar no território amazônico. Como consequência, o surgimento de Belém propiciou a chegada de diferentes ordens religiosas na Amazônia, que controlariam os aldeamentos indígenas ao longo da região entre 1650 e 1750 (Vicentini, 2004). Corrêa (1987) afirma que as aldeias missionárias se fixaram “às margens do rio Amazonas, em muitos casos na confluência de um afluente”, possuindo localização privilegiada e controlando a circulação na região.

Os padres de Santo Antônio e de São José instalaram-se às margens do Rio Paracauari, no arquipélago do Marajó, nas proximidades das aldeias indígenas dos Maruanazes e dos Mundis, estabelecendo os aldeamentos de Menino Deus e São José dos Mundis em 1691 (Costa *et al*, 2023; Coelho, Silva, Gennari, 2023). A presença dos missionários na região tinha o caráter de dominação e catequização dos indígenas, culminando em sua “destribalização, com o início de um processo de transformação cultural dos padrões indígenas e seu acultramento”, o que promoveu a perda da “identidade étnica e da organização tribal” (Domiciano, 2023; Vicentini, 2004, p. 67).

Durante o Período Pombalino (1750-1777), Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador-geral do Grão-Pará, instituiu uma política de elevação de aldeamentos, em um contexto nas quais os limites fronteiriços da Amazônia começaram a ser demarcados entre portugueses e espanhóis devido ao Tratado de Madrid. Como consequência, diversas aldeias foram erigidas em vilas e lugares e muitas tiveram suas nomenclaturas alteradas para nomes de cidades portuguesas, ação que reafirmava o domínio e a ocupação do território. Em 1757, a Aldeia Menino Deus transformou-se em Vila de Soure e a Aldeia de São José dos Mundis se tornou lugar de Mondim, ambos nomes de localidades portuguesas. As aldeias economicamente mais produtivas no arquipélago do Marajó foram elevadas à vila, como foi o caso de Soure (Leonardi, 2013; Costa *et al*, 2023).

A Vila de Soure tornou-se uma localidade próspera, principalmente no que tange às atividades da pecuária e da pesca. Aqui, cabe o destaque aos relatos de viajantes e ensaios de corografia

PENSAR FORA DO EIXO

realizados no final do Setecentos e início do Oitocentos. Sobre os relatos de viajantes, eles “fazem emergir registros de camadas acrescentadas no tempo de suas ausências” (Brescianni, 2013, p. 112). Os ensaios corográficos realizam uma apresentação e uma breve descrição das localidades existentes no Brasil, indicando, por exemplo, sua localização, caracterização do povoamento, arquiteturas e estruturas (Araújo, 2013).

As descrições sobre a Vila de Soure denotam a importância econômica da localidade no final do século XVIII e início do século XIX, tanto para a própria localidade como para outros lugares do Grão-Pará, como este relato realizado pelo Frei Caetano Brandão, em 1784, durante sua viagem ao Marajó, publicado no Jornal de Coimbra em 1813:

As casas de Soure estão cobertas de telha; e tanto éstas, como as de Mondim, se achão caiadinhos, e com seu aceio. [...] Estas duas Povoações apenas contarão 300 Índios; porém tem varios moradores brancos, que com os escravos fazem grande número: são muito fartas de peixe, e de carne de vacca da melhor, que ha em todo o Estado. Nas costas de Mondim está o Pesqueiro Real, d’onde sahe grande cópia de Tainhas, que contribue á subsistencia da Cidade, e de muitos Lugares da Capitania: comemo-las frescas assadas, e são como as boas do Reino (Jornal de Coimbra, 1813, p. 118).

Na *Corografia Brazilica* (1817), a descrição sobre a Vila de Soure limitou-se a um pequeno comentário sobre sua categoria de povoamento, sua localização e sua igreja. A breve explanação de Soure, por Cazal (1817, p. 308), define-a como “villota sobre a margem septentrional do rio Mondim, poucas milhas acima de Salvaterra, ornada com uma Igreja Parroquial do Menino Deus”.

Anos mais tarde, o Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, publicado por Baena (1839), apresenta uma ampla descrição sobre Soure, enfatizando a história da vila, sua localização, o povoado indígena que ali se localizava, número de casas e da população e a descrição sobre o pesqueiro, anteriormente citado pelo Frei Caetano Brandão em Mondim, na qual Baena agora atribui à Soure². Este pesqueiro colocava a vila em uma posição de destaque na economia local, mas foi extinto entre 1820 e 1830, mesmo com o autor ressaltando que a qualidade dos peixes em outros lugares da província era inferior aos peixes de Soure/Mondim:

Soure: vila criada em 1757 e situada na margem oriental do rio Paracauari meia légua arredada para cima da vila de Salvaterra, da qual é vista. Foi Aldeia dos

² Neste momento, inferimos que a localidade de Mondim se incorporou à Soure, como diz Costa *et al* (2023). As autoras afirmam que diversos povoados no Marajó acabaram perdendo a sua importância, tendo deixado de existir e/ou sendo incorporados à outras localidades, como foi o caso de Mondim e Soure.

PENSAR FORA DO EIXO

Marauanazes. Compõe-se de 42 casas telhadas. Tem 316 vizinhos [...]. A igreja é dedicada ao Menino Deus, e tolerável. Dentro do distrito desta vila na boca do igarapé Araruana se estabeleceu um pesqueiro de tainhas e gurijubas para subsistência da cidade e de muitos lugares da província [...]. E no primeiro de julho de 1827 a Junta da Fazenda extinguiu os lugares da dita administração, e ordenou que a feitoria remetesse o peixe aos armazéns da Marinha para seu provimento [...]. Finalmente foi extinto o pesqueiro. Seja qual for o motivo que necessitou a praticar isto é indubitavelmente certo que as pescarias colantes, que hoje fazem alguns moradores das Vilas de Collares, Vigia, e Cintra não apresentam na cidade a mesma cópia de peixe seco e salmourado; e além disso elas estragam sobremaneira o peixe, porque sendo os lanços abundosos como sempre acontece, não chegam às mãos de tão poucos pescadores para preparar o peixe apanhado; salgam o que podem, e o resto dana-se nas praias [...] (Baena, 1839, pp. 280-281).

Em 1876, Ferreira Penna (*apud* Costa, Domiciano, Carmo, 2022) redige um relatório sobre o arquipélago do Marajó para ser enviado ao presidente da província. Neste relatório, o autor realiza uma ampla descrição sobre a vila de Soure, explanando as principais características da localidade, como a economia local e a ligação de navegação a vapor da vila para a capital. Costa, Domiciano e Carmo (2022) fizeram uma observação do relatório de Ferreira Penna:

Observa-se que a vila possuía em torno de 250 a 280 habitantes, 3 escolas primárias, casas bem construídas, estado sanitário satisfatório (seja lá o que isso significasse), um porto protegido e um clima saudável. A economia do município girava em torno da criação de gado vacum. O fato de existir uma linha mensal de navegação a vapor, que ligava Soure à Belém, capital da província, era indicador de sua importância (Costa, Domiciano, Carmo, 2022, p. 12, grifo nosso).

Diante do fato de Soure ter um estado sanitário considerado “satisfatório”, a localidade passou a ser procurada pela população de Belém e da região para tratamento de saúde, como bem observou Costa, Domiciano e Carmo (2022). Além de ser conhecida pelas suas belas praias, Soure também chamava atenção devido ao clima agradável e pelos banhos de água salobra, que possuíam “propriedades terapêuticas”. Durante 1868 e 1892, era comum observar em jornais paraenses a chegada de diversas pessoas para tratar-se na vila (Costa, Domiciano, Carmo, 2022).

O espaço urbano de Soure passou a adequar-se à população que chegava na vila para se recuperar, com a localidade se tornando um importante centro para o tratamento de diferentes doenças, como a varíola e o beribéri. Contudo, ainda carecia de infraestrutura para comportar a migração. Desta forma, a partir das matérias propagadas pela imprensa regional, é notada uma série de obras e intervenções visando a modernização e higienização do espaço da Vila de Soure, como será discutido na próxima seção.

3. MODERNIZAÇÕES NA PÉROLA MARAJOARA: A VILA DE SOURE ENTRE 1880 E 1890

A partir da década de 1880, é possível observar nos principais jornais em circulação da província do Pará que a Vila de Soure começou a se modernizar. Além de assumir uma função propagandista, os jornais paraenses repercutiam os principais assuntos debatidos na Assembleia Legislativa Provincial do Pará, o que permite visualizar os avanços e os melhoramentos no espaço urbano de Soure, adequando a vila em um local salubre, na qual as doenças poderiam começar a serem tratadas assim que desembarcassem no trapiche. Diversas obras com a finalidade de higienização do meio urbano começaram a tomar forma no período supracitado, assim como diferentes melhoramentos que visavam o progresso da vila, alçando-a para um patamar de modernidade.

No entanto, é conhecida uma história de que o engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, responsável pelo planejamento da cidade de Belo Horizonte para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, ficou encarregado de realizar o plano urbano de Soure. No entanto, não foram encontradas fontes históricas capazes de comprovar este fato, sobrando apenas menções ao evento. Domiciano, Costa e Carmo (2025) retratam que o traçado urbano de Soure foi planejado pelo engenheiro paraense em formato ortogonal, com ruas largas e bem arborizadas, mas enfatizam que não há evidências documentais que atestem este planejamento.

Dessa forma, a partir da análise em diferentes jornais, foi verificado diversos indícios que podem ser fundamentais para entender um planejamento de Soure por Aarão Reis. Sendo a vila marajoara uma localidade muito procurada para o tratamento de saúde dos moradores de Belém e de região, diversas medidas com enfoque na higienização e medicalização do espaço passaram a serem realizadas na vila, além de ser verificada a racionalização do espaço urbano, atribuída ao engenheiro paraense. Diante da perspectiva de Ginzburg (1989), os indícios contribuem para a construção de um conhecimento ainda desconhecido a partir de suas margens, proporcionando que as pequenas pistas sejam úteis para o entendimento de um evento.

Em 1880, percebe-se que em diversos jornais a pauta principal era sobre obras no cemitério municipal de Soure. O jornal *O Liberal do Pará* relatou em fevereiro que foi apresentado à Assembleia Legislativa um projeto de autoria dos deputados Demétrio Bezerra da Rocha Moraes e Jayme Bricio, autorizando a presidência da província a auxiliar financeiramente, com 2:000\$000

PENSAR FORA DO EIXO

(dois contos de réis), o cercamento do cemitério da vila com muro de alvenaria. No final do ano, em novembro, a Assembleia encarregou um engenheiro para realizar o orçamento das obras em Soure e em outras localidades do Marajó. Em dezembro, o jornal traz a notícia de que as obras do cemitério de Soure ainda estavam em estudo.

No entanto, no começo de 1881, o *Diário de Belém* traz uma matéria na qual afirma que um novo cemitério de Soure estaria sendo construído, dando a entender que não era necessário apenas um cercamento. Em março de 1882, foi encaminhado um recado ao diretor da seção de obras públicas provincial pedindo para que fosse realizado uma planta e um orçamento da construção do cemitério. No mesmo ano, surgem as primeiras propostas de orçamento para a arrematação da obra. Em agosto de 1882, o *Diário de Notícias* reporta que o primeiro valor apresentado foi de 9:818\$024 (nove contos, oitocentos e dezoito mil e vinte e quatro réis); pouco tempo depois, em setembro, o *Liberal do Pará* divulgou uma proposta de 6:788\$763 (seis contos, setecentos e oitenta e oito mil e setecentos e sessenta e três réis). Em novembro, o mesmo jornal noticia que a proposta apresentada por Victor Bezerra da Rocha Moraes, no valor de 6:626\$180 (seis contos, seiscentos e vinte e seis mil e cento e oitenta réis) foi aprovada. No dia 15 de dezembro, o *Liberal do Pará* publicou uma matéria afirmando que a Assembleia Provincial pediu ao engenheiro Agostinho Autran para que ele escolhesse o local mais adequado para a construção do cemitério quando atendidas as condições de higiene (figura 3).

Figura 3. Ofício enviado da seção de obras públicas da Província do Pará em 15 de dezembro de 1882

OBRAS PÚBLICAS PROVINCIAES
Em offcio de 16 do mez passado recomen-
dei ao engenheiro Agostinho Autran, que atten-
didas as condições de hygiene, designasse em
Soure o local mais adoptado em que deve ser
construido o novo cemiterio, de cuja obra é ar-
rematante Victor Bezerra da Rocha Moraes.
Em virtude de autorisação da assembléa pro-
vincial mandei abrir concorrência para as obras
do prolongamento da ponte de pedras e da cons-
trução de um edificio para recebedoria das ren-
das provinciaes.
Reputo de urgente necessidade a iniciação e
conclusão destas duas construcções, visto achar-
se inconvenientemente estabelecida aquella es-
tação fiscal.
Ordenei a directoria da secção de obras pú-
blicas que mandasse organisar orçamento e le-
vantar plantas para uma casa destinada ao paço
municipal e cadeia da Vigia, uma ponte no lu-
gar Ximicuhy, tres ditas em S. Miguel do Gua-
má, na villa de Soure e na povoação de Santa
Izabel do Pinheiro, e um caes de marinha em
frente a cidade de Bragança.

Fonte: O Liberal do Pará, 1882.

PENSAR FORA DO EIXO

Como a figura 3 demonstra no último parágrafo, ainda em 1882, começou a ser orçada a construção da ponte da Vila de Soure. A construção da ponte, localizada próxima ao trapiche (porto), teve como engenheiro responsável Agostinho Autran, que esteve envolvido anteriormente na escolha do lugar para a construção do cemitério. O primeiro orçamento da ponte, proposto em 1882, ficou em 10:000\$000 (dez contos de réis); o segundo, publicado em 1883, teve como valor orçado 7:581\$951 (sete contos, quinhentos e oitenta e um mil e novecentos e cinquenta e um réis), tendo sido financiada como obra pública pelo tesouro provincial. Entretanto, um ano mais tarde, a construção da ponte era alvo de críticas em uma coluna do *Diário de Belém*. O jornal belenense passou a acusar outras mídias de censura, ao serem apontados os defeitos da planta e da construção da ponte em Soure, além de esclarecer sobre o descaso do interior paraense, evidenciando um abandono do poder provincial nesta região.

Em abril de 1883, a Câmara Municipal de Soure enviou à Assembleia Legislativa Provincial uma versão preliminar do código de posturas. Estas medidas serviram para delimitar o comportamento da população de modo que a sua relação com o ambiente pudesse ser preservada, além de estipular regras sanitárias e de padronização do espaço físico, legitimando o caráter racionalista e embelezador destas ações. A formulação deste código de posturas possui diversos apelos da municipalidade nas questões sanitárias, principalmente no que tange à salubridade da cidade, como a proibição da caça de animais e peixes; a preservação ambiental, como a proibição da extração de árvores; além de apelos voltados à construção de residências, sendo proibida a construção de casas com palha nas ruas centrais da vila e a obrigatoriedade da construção de portões para os imóveis:

A Camara Municipal de Soure, tendo em vista o progresso d'esta villa e das localidades que fazem parte do municipio, e no intuito de proporcionar aos seus muncipes a possivel commodidade, propõe a esta patriotica Assembléa as seguintes medidas, para serem aprovadas e vigorarem até que seja confeccionado o seu codigo de posturas.

Art. 1º - Dentre vinte metros de cada lado das estradas ninguem poderá fazer derrubadas de arvores e plantações de roças. O infractor pagará a multa de 30\$, e o dobro e 15 dias de prisão na reiniedencia.

Art. 2º - Aquelle que arpoar gurijuba nos mezes de junho á janeiro pagará a multa de 30\$, e o dobro e 10 dias de prisão na reincidencia.

Art. 3º - Aquelle que pegar camaleões, ou tirar os ovos dos buracos nos mezes de junho á janeiro pagará a multa de 30\$, e o dobro e 10 dias de prisão na reincidencia.

Art. 4º - No espaço comprehendido entre a ponta denominada do Cuagirú e o porto em frente ao novo cemiterio, ninguem poderá levantar cacury ou curral de apanhar

PENSAR FORA DO EIXO

peixe. A infração d'esta postura será punida com a multa de 20\$ e na reincidência com o dobro e 8 dias de prisão.

Art. 5º - No espaço compreendido entre o igarapé denominada da Arêa e o ponto do caldeirão, ninguém poderá tirar arêa, terra e pedras, nem fazer rampas. O infractor será multado em 30\$ e na reincidência no dobro e 15 dias de prisão.

Art. 6º - Nas ruas e praças, assim como littoral d'esta villa, compreendido nos limites marcados no artigo antecedente, ninguém poderá fazer despejos de imundicias, cabeças de peixe e animaes mortos, sob a pena de multa de 30\$ e do dobro e 5 dias de prisão na reincidência.

Art. 7º - Aquele que derrubar bacuryseiros, seringueiras, mangabeiras ou qualquer palmeira, será multado em 40\$ por cada uma arvore, e o dobro e 15 dias de prisão na reincidência.

Art. 8º - É prohibido, a datar da publicação d'estas posturas, levantar casa coberta ou tapada de palhas nas ruas Duque de Caxias, D. Pedro II, Visconde do Rio Branco e das travessas, até a rua do General Gurjão, sob pena de 30\$ de multa e o dobro e 15 dias de prisão na reincidência. [...]

Art. 9º - Aquele que tiver de edificar casas nas ruas supra mencionadas, não poderá deixar de levantar a frente, que deverá ser rebocada e caiada e ter, pelo menos, cinco metros de altura e seis e meio de largura, devendo a cumieira ser pelo menos no meio da sala da frente, sob penas de 20\$ de multa e o dobro e 8 dias de prisão na reincidência.

Art. 10º - Os proprietarios de casas edificadas n'esta villa mandarão rebocar e caiar as frentes das mesmas, no praso de um anno a contar da publicação desta lei, sob as penas de 15\$ no d'este praso, e o dobro em cada anno que decorrer.

Art. 11º - Os proprietarios de casas edificadas nas ruas e travessas mencionados no artº 9º, que não tiverem a frente acabada e preparada, como determina o artigo antecedente, mandarão fechal-as com grade em todo o espaço que comprehende a frente, com portão, no praso de dous annos, a contar da publicação d'esta lei, sob pena de multa de 20\$ ao fim d'este praso a do dobro em cada anno que decorrer.

Art. 12º - Os mesmos proprietarios farão cercar com estacada de pau á pique, dentro de um anno da publicação d'esta lei, seus quintaes sob pena de 10\$ de multa no primeiro anno, o dobro no 2º e 30\$ nos que decorrerem [...].

Art. 13º - Os mesmos proprietarios ou inquilinos farão limpar as testadas, que serao de tres metros de largura, das casas que habitarem ou das estacas, quando não esteja edificada a frente, todas as vezes que sefizer a limpeza as ruas e praças, e nas povoações de Salvaterra e Joannes duas vezes, nos mezes de março e junho, sob as penas de 10\$ de multa e o dobro na reincidência.

Art. 14º - Não é permitido construir casa deixando entre a casa visinha e a edificada beccos ou espaço de menos de seis e meio metros de largura. O infractor será punido com a multa de 30\$, e o dobro e 15 dias de prisão na reincidência.

Sala de sessões da Camara Municipal da villa de Soure, em 12 de março de 1883 (Diário de Belém, 1883; Diário de Belém, 1883, grifo nosso).

O código de posturas de Soure reafirmava e legitimava o caráter sanitaria da vila, adequando a localidade como um local salubre e próprio para o tratamento de doenças, além de atuar como uma forma disciplinar da organização do espaço urbano (Foucault, 2022). O poder público de Soure passou a organizar o espaço de uma forma a punir quem desrespeitasse suas posturas,

PENSAR FORA DO EIXO

estipulando multas ou prisão para quem descumprisse as regras. Além disso, o código destaca que a Vila de Soure passava por um momento de progresso, mas não traz as suas motivações.

Em junho de 1884, o *Diário de Belém* noticia a aprovação de um ato da Câmara Municipal de Soure referente à construção de um barracão para servir de hospital para o tratamento de varíola na vila, privilegiando os “variolosos que apparecerem”. A quantia liberada pela província para a construção deste barraco seria de 100\$000 (cem mil réis), como é possível ver na figura 4.

Figura 4. Aprovação do ato despendendo a quantia para a construção de um barracão para servir de hospital

— Approvou o acto da camara municipal de Soure, despendendo a quantia de cem mil réis com a construcção de um barracão para servir de hospital aos variolosos que apparecerem, ficando por isso augmentado o credito da verba «Eventuaes» com igual quantia.

Fonte: Diário de Belém, 1884

No ano de 1885, foram realizadas duas exposições sobre a Vila de Soure, a primeira foi feita por Manoel Baena (1885), no documento “Informações sobre as comarcas da Província do Pará”, e a segunda foi realizada pelo *Diário de Belém*. Ambas as exposições são de enorme importância para compreender a estruturação de Soure na metade da década em que grandes obras e medidas passaram a acontecer no local. Baena (1885) descreve a Vila de Soure da seguinte forma:

A villa de Soure [...] foi aldeia dos Marauanazes, e está situada em terreno elevado, na margem esquerda do igarapé Paracauari [...] que desagua na costa oriental da ilha de Marajó, em distancia de [...] 92 kilometros e 500 metros da capital. [...] Compõe-se de 150 casas de construcção regular, algumas de gosto moderno, 3 ruas largas, extensas, bem alinhadas e quasi todas arborisadas, 4 travessas e uma pequena praça, igreja matriz, uma capellinha sob a invocação de N. S. de Nazareth, recentemente construida a expensas dos habitantes, collectorias geral e provincial, agencia do correio, 2 padarias, cemiterio murado de alvenaria de tijolo, situado ao Norte da villa, em lugar alto, 2 bilhares, ponte de desembarque, construida sobre columnas de alvenaria de pedra, 10 casas de negocio, 2 escolas publicas, [...] 1 philharmonica, illuminação a gaz-globo, etc. O seu porto é abrigado e de muito fundo. Não tem paço municipal; a camara funciona n’um compartimento lateral da matriz, no pavimento superior, servindo o inferior de cadeia e quartel do destacamento. Sua população é calculada em 1.500 habitantes [...] Entre a capital e a villa ha navegação á vapor, subvencionada pelos cofres provinciaes, nos mezes de fevereiro á junho, uma viagem, e tres nos demais mezes, sendo n’estes muito concurrida por banhistas e doentes pelos seus ares saudaveis e vida aprazivel (Baena, 1885).

A descrição de Baena (1885) pontua algumas questões interessantes, como a quantidade de casas construídas, sendo “algumas de gosto moderno”, o que indica o resultado do código de posturas; o arruamento de Soure era composto por **3 ruas largas**, extensas, bem alinhadas, retilíneas e quase

PENSAR FORA DO EIXO

todas arborizadas, além de possuir **4 travessas**, indicando um cenário de racionalização e geometrização de suas vias.

O autor comenta sobre o cemitério, que havia sido concluído com seu cercamento de alvenaria de tijolo, mantendo em dúvida se foi construído um novo cemitério ou se foi apenas realizado o cercamento, além da ponte de desembarque no trapiche. Baena enfatiza também que não existem os prédios do poder público, como o paço e a câmara municipal, com o órgão legislativo funcionando em um compartimento lateral da Igreja Matriz. Por fim, o autor traz uma consideração sobre as viagens até a vila, que eram bastante procuradas pelos banhistas e pelos doentes, reafirmando os ares saudáveis da localidade e o clima convidativo, propícios para o turismo sanitário e banhar que Soure possibilitava.

O *Diário de Belém* publicou em dezembro de 1885 uma ampla descrição sobre Soure, assinalando e complementando muitas questões que Baena (1885) trouxe. Apesar de ambos os trabalhos terem sido publicados no mesmo ano, a descrição do *Diário de Belém* aponta algumas diferenças do que foi visto por Baena, como o aumento no número de casas e do arruamento da vila:

A villa de Soure, situada na ilha de Marajó, ao entrar da fóz do rio Paracauary [...] sobre a margem esquerda, em frente a freguesia de Salvaterra, assentada sobre a margem opposta, contém, as presente: uma igreja, (a matriz) uma capella, 101 casas de telhas, 7 ditas em construcção, 62 casas de palha; ao tudo 170 casas construidas em uma praça, 4 ruas de cerca de 300 braças de estenção com 14 a 15 braças de largura cada uma, e 8 travessas de 9 a 10 braças de largura. As ruas são: Duque de Caxias, d. Pedro II, Visconde do Rio Branco e General Gurjão; as travessas: S. José, Sete de Setembro, Menino Deus, Siqueira Mendes, Cotegipe, 15 de Agosto, Nazareth e Espírito Santo. Funccionam 2 escolas publicas e 2 particulares para meninos e meninas. Existem actualmente na villa 2 padarias, 1 açougue, 2 hospedarias, 7 tabernas, 3 lojas tabernas, 1 quitanda, 1 barbearia e 2 bilhares. Uma olaria, estabelecida ultimamente na distancia approximada de uma legua, fornece já parte dos materiaes para as edificações desta villa, que se desenvolve com rapido progresso devido a causas bem conhecidas (Diário de Belém, 1885, p. 3, grifo nosso).

O jornal destaca o número de residências (de 150 para 170) e o número de vias (de 3 ruas e 4 travessas para 4 ruas e 8 travessas), um crescimento em comparativo com o trabalho de Baena (1885). Somado a isso, o *Diário de Belém* trouxe a medição das ruas e travessas de Soure, o que demonstra que as vias eram largas (as ruas possuíam cerca de 30,8 a 33 metros, enquanto as travessas possuíam 19,8 a 22 metros de largura), favorecendo a circulação do ar nas ruas da vila,

PENSAR FORA DO EIXO

que já era procurada para o tratamento de doenças. A descrição do jornal traz também o nome das ruas e travessas de Soure neste período, além de trazer que a vila se desenvolvia com um progresso bem conhecido, mas não elucidando o que acontecia neste momento. Permitindo esclarecer como Soure estruturava-se neste momento.

Um dos pontos em que o *Diário de Belém* também comenta é a quantificação das hospedarias na vila, sendo possível observar em junho de 1885, por meio do *Liberal do Pará*, um anúncio sobre a inauguração de um dos hotéis, o Hotel Sourense, que explicitamente convida a população da região a se hospedarem nesta acomodação para tratar suas doenças, comparando Soure com outras localidades de descanso da Europa e do Brasil (figura 5).

Figura 5. Abertura do Hotel Sourense.

HOTEL SOURENSE

Abertura em 9 de agosto

Quasi todas as capitães têm, como refugio, um lugar para onde os seus habitantes vão em certas estações do anno, recuperar as forças perdidas em seus labores e fadigas e encontrar remedios para os soffrimentos adquiridos pela aglomeração do povo e noutes perdidas em bailes e folguedos.

Paris tem as elegantes Tory e Nice; Lisboa a encantadora «Casa de Pedrouços»; Porto, a pitoresca Prova; a Côrte, a aristocratica Petropolis, Recife a poetica Olynda, e o Pará a florescente, amena e saudavel villa de Soure.

E' só ali que encontramos, a par de um clima benigno, magnificos banhos salgados, e alimentação boa, barata e variada.

E' para lá que os nossos medicos envião, em busca de melhoras, os seus clientes, principalmente na quadra medonha que atravessamos, em que o beri-beri, faz consideraveis victimas.

Ora, como nem sempre é facil, pela grande concorrência, encontrar-se ahi casas para familias e aos srs. *touristes* que vão por poucos dias não convem esse incommodo, um abastado proprietario d'aquella villa resolveu tudo facilitar-lhes, montando, em uma das melhores casas, um magnifico—HOTEL—onde encontrarão as pessoas que d'elle se quizerem utilizar, todas as commodidades por preços razoaveis.

Ide, pois, srs. banhistas ao grande

HOTEL SOURENSE

não receeis que nada vos falte cousa alguma, desde o trato fino e delicado até ao succulento peixe d'escabeche.

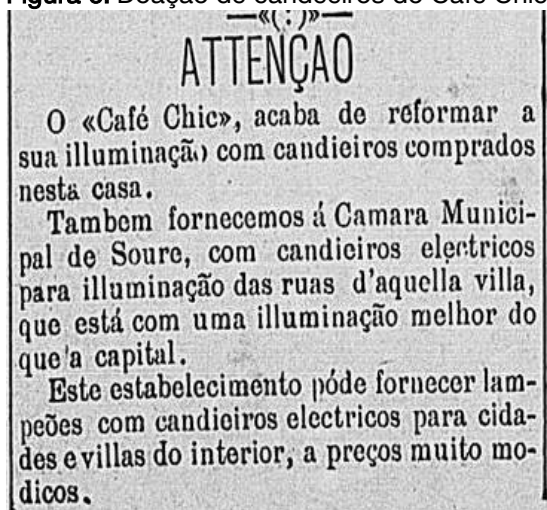
Fonte: Diário de Belém, 1885

PENSAR FORA DO EIXO

Em dezembro de 1885, o *Diário de Belém* anuncia a autorização do presidente provincial para a fazer a arrematação de um prédio para servir de paço municipal da vila, com dinheiro do tesouro público. Como retratado nas descrições acima, Soure não havia um paço municipal, o que, possivelmente, não a qualificava para ser de fato uma vila “moderna”. Em 1886, a Assembleia Provincial autoriza a Câmara Municipal para concorrer a aquisição do prédio que se tornaria o paço municipal no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis). No entanto, a história do paço municipal teria notícias até o final da década. No começo de 1887, segundo o jornal *A Republica*, Antônio Bezerra da Rocha Moraes arrematou a compra do prédio, e o tesouro provincial passou a pagá-lo um valor de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis). Ainda em 1887, a Câmara de Soure pedia à província um auxílio para receber maior verba no orçamento do paço e em 1889, solicitou mais um auxílio do governo provincial para que a conclusão da obra fosse realizada.

Quanto às questões voltadas à iluminação pública da vila, a descrição de Baena cita que em 1885 a iluminação era de gás-globo. Em 1886, *A Constituição* noticiou que a Câmara Municipal de Soure estava autorizada a fazer a aquisição de 25 lampiões para a iluminação pública da vila. No ano seguinte, *O Liberal do Pará* anunciou que o Café Chic, estabelecimento de Belém, havia reformado o seu sistema de iluminação e doou 25 candeeiros elétricos para Soure. O *Liberal do Pará* repercutiu essa notícia por cerca de um mês. Como visto, o comércio belenense enfatiza que Soure estaria com uma iluminação melhor que a própria capital, e ainda oferecia o fornecimento de lampiões com candeeiros elétricos para as cidades e vilas do interior do Pará à preços baixos (figura 6).

Figura 6. Doação de candeeiros do Café Chic para Soure



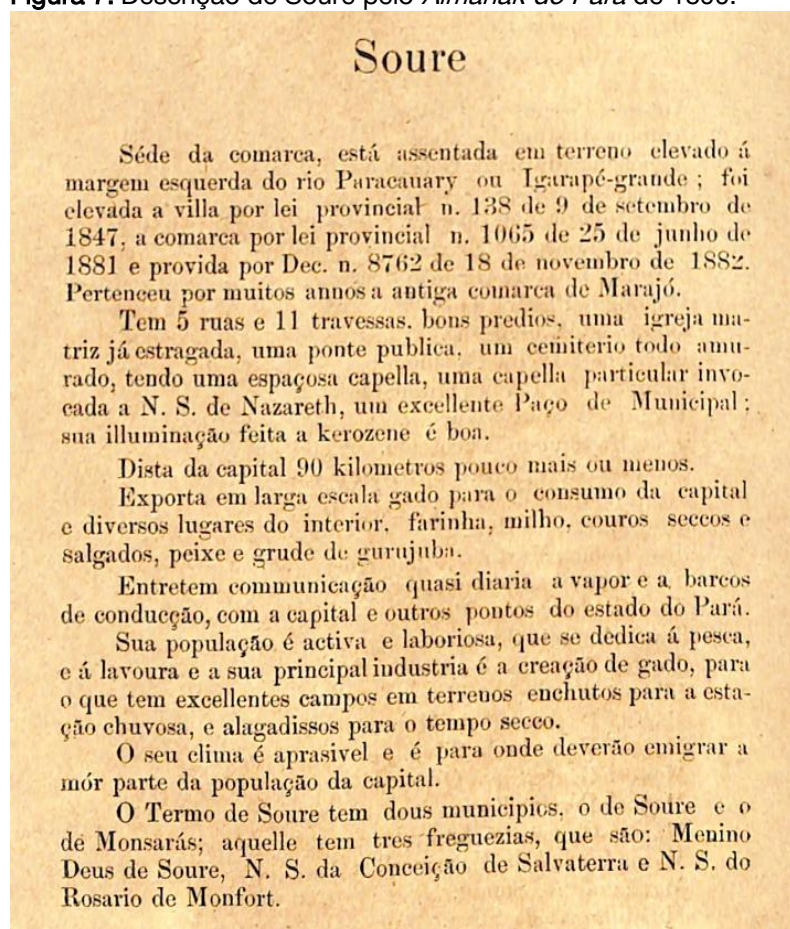
Fonte: O Liberal do Pará, 1887

PENSAR FORA DO EIXO

Em 1890, é observada a tentativa da construção de um hospício para alienados em Soure a partir de um ofício enviado ao governador do estado do Pará. O ex-deputado Demétrio Bezerra da Rocha Moraes ofereceu gratuitamente um terreno na vila para ser edificado este hospício. A atitude de Demétrio demonstra a afirmação de Soure como um lugar adequado ao tratamento de diferentes tipos de doença, tornando-se uma espécie de vila-sanatório, ideal para a recuperação da população que chegava à localidade.

Em 1890, uma nova descrição sobre Soure é realizada, agora no *Almanak do Pará: commercial, industrial e administrativo*. O autor, Pinto Barbosa, realiza a seguinte descrição da Vila de Soure (figura 7), enfatizando sobre algumas das características urbanas e geográficas da localidade.

Figura 7. Descrição de Soure pelo *Almanak do Pará* de 1890.



Fonte: Barbosa (1890) – disponibilizado pelo acervo digital de obras raras da FCP

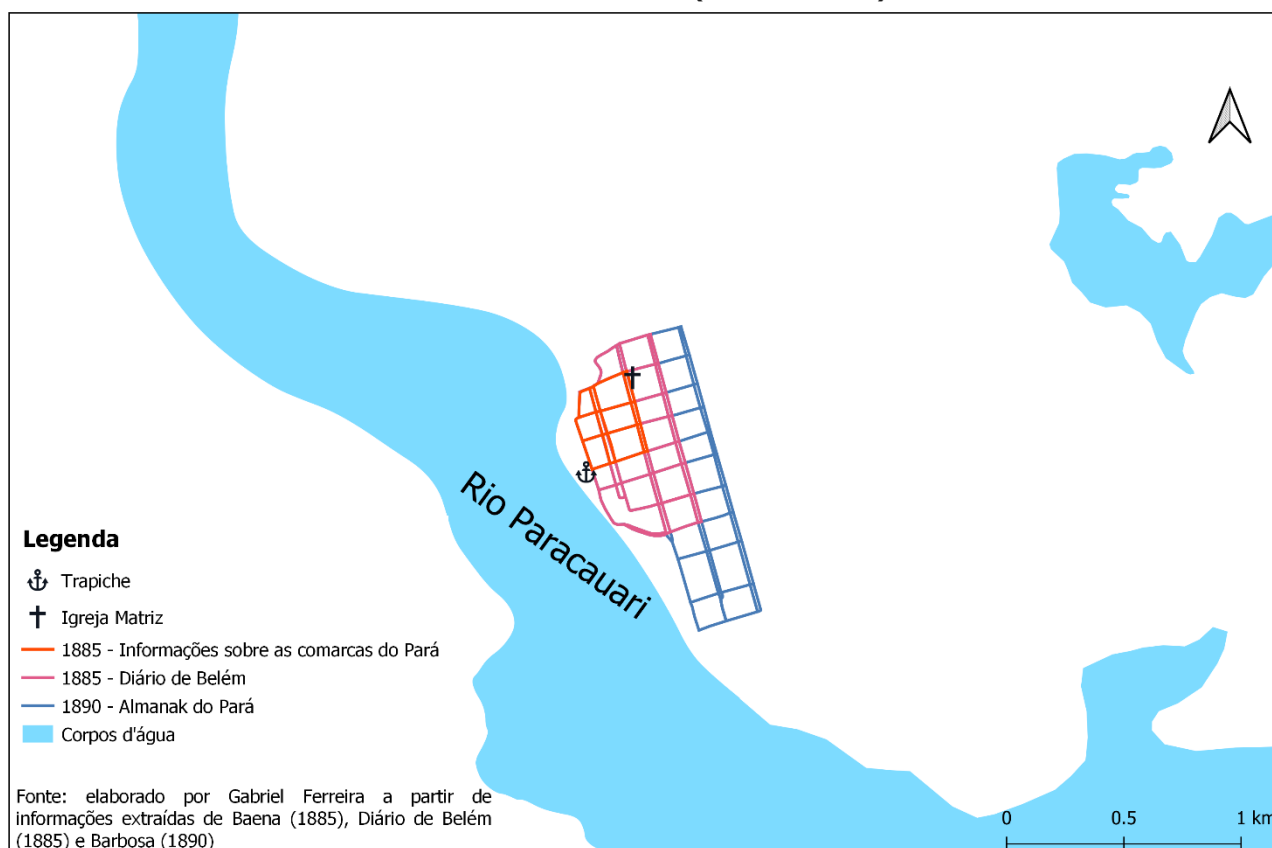
A descrição do *Almanak do Pará* retrata diversas questões que foram brevemente comentadas neste artigo. Um destaque à quantificação do número de vias, sendo notado mais um acréscimo, agora de 4 ruas e 8 travessas para 5 e 11, respectivamente. Ademais, o autor enfatiza o cemitério

PENSAR FORA DO EIXO

murado e a iluminação da vila, agora, feita a querosene. Outro ponto bastante importante que o *Almanak do Pará* traz, assim como outros trabalhos descritivos do período, é a economia de Soure, voltada principalmente à criação de gado. Vale ressaltar que neste momento, a Amazônia começava a vivenciar o auge do ciclo da borracha. Soure, no entanto, era a localidade do Marajó que menos produzia borracha (Costa *et al*, 2023), ficando restrita à economia que lhe alçou o título de vila: a pecuária. O Marajó possuía aproximadamente 50% das cabeças de gado na região Amazônica durante a década de 1880, e muito provavelmente Soure compunha uma grande parcela deste número (Santos, 2019).

Com a junção de diferentes documentos que especificam sobre o arruamento de Soure, foi possível a elaboração de um mapa, visando demonstrar a evolução urbana aproximada da vila entre 1885 e 1890 (figura 8). O desenho da cidade é em formato ortogonal, que nos traz a ideia do urbanismo geometrizar, influenciado pelas modernizações e reformas urbanas do século XIX.

Figura 8. Mapa de evolução urbana do município de Soure-PA (1885-1890)
Villa de Soure-PA (1885-1890)



Fonte: Baena (1885), Diário de Belém (1885), Barbosa (1890) - elaborado pelos autores

PENSAR FORA DO EIXO

Em algumas intervenções foi possível observar a presença da família Bezerra da Rocha Moraes atuando e intermediando as obras. Demétrio foi deputado provincial e esteve envolvido nas obras do cemitério, realizando o projeto junto ao poder público para financiar a obra; Victor arrematou a proposta de construção do cemitério em 1882; enquanto Antônio esteve relacionado com a construção do paço municipal, no período em que esteve como prefeito de Soure. Barbosa (2002) ainda afirma que mais um irmão da oligarquia, chamado Francisco, foi prefeito da vila no começo dessa década. A atuação dessa família no poder público local pode ter contribuído de forma ostensiva para a transformação da Vila de Soure em um local voltado ao tratamento de doenças. A prática coronelista e patrimonialista, com diferentes atores atuando nos diferentes níveis de escala do poder público, propiciam e legitimam as reformas vistas na vila neste período.

A partir de todas as intervenções descritas em Soure ao longo da década de 1880 e as descrições presentes nessa discussão, é notório que a preocupação de ordem sanitária na vila era visível e que o discurso do “progresso” estava em alta neste período: o código de posturas legitima a ideia de progresso a partir do poder público local, enquanto a descrição do *Diário de Belém* em 1885 favorece essa ideia em nível regional com a afirmação que Soure se desenvolveu “*com rapido progresso devido a causas bem conhecidas*”. Todos os indícios demonstrando permitem entender que a adaptação do espaço urbano de Soure para ser uma espécie de vila-sanatório, propício para a recuperação da população enferma, utilizando dinheiro público provincial para a realização de diferentes obras, denota que houve alguma espécie de planejamento estatal que guiou a modernização dessa vila.

As intervenções provinciais e modernizações urbanas na Vila de Soure na década de 1880 teriam sido realizadas sob a égide do planejamento de Aarão Reis, que, conseqüentemente, passou a orientar o desenvolvimento da pequena vila? Mesmo que não tenha a existência documental que os melhoramentos da vila ocorreram devido à um plano em instância maior, os indícios encontrados nos jornais e nos documentos descritivos evidenciam uma provável relação entre o engenheiro e a vila marajoara.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se possível afirmar que durante a década de 1880, a Vila de Soure foi alvo de diferentes modernizações e intervenções em seu espaço urbano com diferentes obras, reformas e medidas.

PENSAR FORA DO EIXO

A construção de um novo cemitério, uma nova ponte para o trapiche local e de um barracão para tratamento aos variolosos, a confecção de um código de posturas municipais, a instalação de uma nova forma de iluminação e o crescimento urbano ordenado em formato de tabuleiro de xadrez demonstram a intenção do poder público local e provincial na adequação do espaço urbano, visando a modernização local com medidas racionalistas, sanitaristas e embelezadoras.

As diferentes intervenções do poder público no espaço urbano local, possivelmente sob a égide de um plano, denotam a importância de Soure na rede urbana paraense. A localidade, procurada por moradores de Belém e imediações para o tratamento de doenças, teve grande expressividade no contexto regional em sua transformação em uma espécie de “vila-sanatório” ao receber tais intervenções visando o seu progresso. O envolvimento do engenheiro Aarão Reis no planejamento de Soure possui um grau de incerteza devido à escassez documental, sendo um tópico a ser pesquisado em futuros trabalhos para definir a importância de Soure na história urbana brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Intervenções urbanas e aspirações de modernização – Campanha/MG (1890-1930)**. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

ARAÚJO, Renata Malcher de. Geografias descritas: cidades, vilas e povoações nos relatos, roteiros e corografias do final do século XVIII e início do XIX. In: FRIDMAN, Fania. **Cidades do novo mundo: ensaios de urbanização e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

AZEVEDO, André Nunes de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BARBOSA, Joana Maria Brito. **Famílias e poder: A política oligárquica no município de Soure (1880-1930)**. Trabalho de Graduação (graduação em História) - Universidade Federal do Pará, Soure-PA, 2002.

BARROS, José d'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

BRESCIANNI, Maria Stella. Percursos topográficos e afetivos pela cidade de São Paulo. Memorialistas, viajantes, moradores, literatos e poetas. In: FRIDMAN, Fania. **Cidades do novo mundo: ensaios de urbanização e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PENSAR FORA DO EIXO

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho. **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015, pp. 114-136.

CERASOLI, Josianne Francia. **A cruzada do poder: os engenheiros e as engenharias de Poder na Primeira República**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

COELHO, Anna Carolina de Abreu; SILVA, Lucia Helena Pereira da; GENNARI, Luciana Alem. Considerações acerca do processo de urbanização da Província do Grão-Pará na primeira metade do Oitocentos. *In*: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos Henrique C. **Urbanizações brasileiras 1800-1850**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Vol. 49, N. 3, 1987, p. 39-68.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, Vol. 15, N. 3, 2011, p. 5-12.

COSTA, Graciete Guerra da. As cidades amazônicas na américa portuguesa. **Revista Eletrônica EXAMÃPAKU**, v. 7, n. 2, 2014.

COSTA, Sandra Maria Fonseca *et al.* As pequenas cidades da Amazônia e os problemas que aproximam realidades urbanas periféricas e singularidades que a individualizam. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 17, 2025.

COSTA, Sandra Maria Fonseca *et al.* **De lugares a cidades: a formação do urbano na ilha do Marajó, PA, e as temporalidades**. *In*: Anais do XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2023.

COSTA, Sandra Maria Fonseca; DOMICIANO, Giovanna Vieira; CARMO, Monique Bruna da Silva. **O processo de formação e estruturação da cidade de Soure (PA), entre 1757 e 1900**. *In*: XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Curitiba, 2022.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. 3. e.d. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.

DOMICIANO, Giovanna Vieira. **Avaliação do crescimento da cidade de Soure, Pará, e sua relação com aspectos locais**. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2023.

DOMICIANO, Giovanna Vieira; COSTA, Sandra Maria Fonseca da; CARMO, Monique Bruna. Crescimento urbano e dinâmicas socioeconômicas nas cidades amazônicas: um estudo de caso da cidade de Soure-PA/Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 23, n. 63, 2025.

PENSAR FORA DO EIXO

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na *Belle Époque* paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. e.d. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. e.d. São Paulo: Loyola, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Soure**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/soure.html>. Acesso em: 02. jan. 2026.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. 2. e.d. Brasília: Editora UnB/Paralelo 15, 2013.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. 2. e.d. Manaus: Editora Valer, 2019.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 119-139.

SPOSITO, Eliseu Silvério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS E JORNAIS

A CONSTITUIÇÃO. **Parte oficial**. Edição 00131, 10. jun. 1886, p. 1.

A REPUBLICA. **Hospício de alienados**. Edição 00028, 21. mar. 1890, p. 1.

_____. **Mandou-se que o thesouro...** Edição 00127, 04. fev. 1887, p. 4.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas do Pará**. Belém: Typ. de F. da Costa Júnior, 1885.

BARBOSA, Pinto. **Almanak do Pará: comercial, industrial e administrativo para o anno de 1890**. Belém: Typ. dos Editores Proprietarios, 1890.

PENSAR FORA DO EIXO

CAZAL, Aires de. **Corografia Brazilica**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

DIÁRIO DE BELÉM. **Actos officiaes**. Edição 00140, 20. jun. 1884, p. 3.

_____. **Assembléa provincial**. Edição 00039, 05. mar. 1881, p. 1.

_____. **A villa de Soure**. Edição 00282, 13. dez. 1885, p. 3.

_____. **Belem, 9 de maio de 1884**. Edição 00106, 09. mai. 1884, p. 2.

_____. **Leis provinciaes**. Edição 00289, 22. dez. 1885, p. 2.

_____. **Projecto nº 1557**. Edição 00075, 03. abr. 1883, p. 3.

_____. **Projecto nº 1557 (conclusão)**. Edição 00076, 06. abr. 1883, p. 3.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **A constituição**. Edição 00173, 03. ago. 1882, p. 2.

JORNAL DE COIMBRA. **Diario das visitas pastoraes do Exmo. D. Fr. Caetano Brandão no seu bispado do Pará**. Edição 00004, 1813, pp. 105-140.

O LIBERAL DO PARÁ. **Assembléa provincial**. Edição 00247, 01. nov. 1887, p. 1.

_____. **Atenção**. Edição 00236, 19. out. 1887, p. 4.

_____. **Governo da Provincia**. Edição 00255, 17. nov. 1882, p. 1.

_____. **Hotel Sourense**. Edição 00147, jun. 1885, p. 3.

_____. **Noticiario**. Edição 00039, 19. fev. 1880, p. 1.

_____. **Noticiario**. Edição 00253, 07. nov. 1880, p. 2.

_____. **Obras em andamento, em arrematação e em estudo na provincia do Pará, até 4 de dezembro de 1880**. Edição 00277, 07. dez. 1880, p. 1.

_____. **Obras publicas provinciaes**. Edição 00277, 15. dez. 1882, p. 1.

_____. **Officios**. Edição 00050, 08. mar. 1882, p. 1.

_____. **Officios**. Edição 00249, 10. nov. 1882, p. 1.

_____. **Officios**. Edição 00009, 13. jan. 1883, p. 1.

_____. **Sessão de encerramento**. Edição 00086, 14. abr. 1889, p. 1.



PENSAR FORA DO EIXO

_____. **Thesouro provincial**. Edição 00208, 22. set. 1882, p. 2.